

COMPLEXO ERVATEIRO E A PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL EM SANTA CATARINA

Alcides Goularti Filho – UNESC – alcides@unesc.net

Doutor pela UNICAMP

Pesquisador Produtividade do CNPq

Pesquisa financiada pelo MCT/CNPq

Resumo

O objetivo deste artigo é descrever e analisar a presença da pequena produção mercantil dentro do complexo ervateiro catarinense, centrado nos municípios de Mafra, Canoinhas e Porto União, desde o final do século XIX até 1945. Além da introdução teórica, o artigo está dividido em quatro tópicos: no primeiro será discutido o processo de ocupação e colonização do planalto norte catarinense, desde o final do século XIX até a formação das colônias de imigrantes. Em seguida, será apresentado um panorama geral das etapas do beneficiamento da erva-mate e os elementos constitutivos de um complexo regional agrário mercantil. No terceiro tópico, serão detalhadas a presença e a combinação da pequena produção mercantil dentro do complexo ervateiro nos três municípios selecionados para o estudo e, por fim, breves considerações finais.

Palavras-chaves: história – economia – erva mate – colonização

1. Ocupação, colonização e formação de mercado interno

Para pensarmos o processo de ocupação e colonização e a formação do complexo ervateiro no planalto norte catarinense, combinado com a pequena produção mercantil na constituição de um amplo mercado interno, iniciaremos nosso debate com Rosa Luxemburgo (1912) e Vladimir Lênin (1985). Ambos têm consistentes estudos sobre a transformação de economias naturais em mercantis, a expansão do mercado interno e o desempenho da pequena produção mercantil e serão apenas estes pontos debatidos entre os autores que nos interessando neste texto, o que nos blinda das polêmicas teóricas entre Lênin e Luxemburgo e seus adeptos.

A ocupação das terras devolutas para a formação de fazendas de criação e de colônias para imigrantes europeus no Brasil meridional assemelha-se aos estudos de Rosa Luxemburgo, na obra *A acumulação do capital: contribuições ao estudo econômico do imperialismo* (1912), em que se discute a transformação de economias naturais em mercantis. Segundo Luxemburgo,

essa transformação está pautada em constantes batalhas expressas na violência, no esgotamento e na aniquilação das formas não capitalistas, comandada por grandes companhias capitalistas. A primeira batalha é a luta contra a economia natural nas regiões onde ainda havia as trocas simples, a caça, a pesca, o artesanato e a agricultura de subsistência. O objetivo das companhias capitalistas nessa luta é apoderar-se das riquezas naturais (minérios, florestas, produtos vegetais, caças e outros), liberar a força de trabalho, transformando-a num exército de reserva, introduzir a economia mercantil e separar a agricultura do artesanato.

A segunda batalha é a introdução da economia de mercado. Uma vez que estejam destruídas as formas pretéritas de acumulação, o passo seguinte é introduzir nas comunidades de economia natural o processo de mercantilização da vida, ou seja, transformar os indivíduos que subsistiam de modo simples em consumidores e vendedores de mercadorias. Começam a ser gestadas as bases para a produção, a circulação e a troca das mercadorias. Para a produção, são introduzidas a divisão técnica do trabalho, as ferramentas e os equipamentos, para a circulação, os meios de transportes, e para a troca, uma rede de casas comerciais.

De acordo com Rosa Luxemburgo, outro passo importante no aniquilamento da economia natural foi a separação entre a agricultura e a indústria. Com isto, a fabricação de ferramentas, acessórios, utensílios domésticos, vestimentas e alimentos beneficiados, que surgiam naturalmente como complemento da economia camponesa, é separada da sua base originária, sendo relegada a um ramo da indústria. Com isto, o camponês é transformado em um produtor agrícola cujo objetivo da produção do excedente é a troca mercantil. Essa metamorfose histórica e social tornou-se condição necessária para a penetração dos fluxos mercantis nas esferas da existência dos indivíduos e da sociedade.

Essa foi a trajetória da colonização em Santa Catarina, com a ocupação do Vale do Itajaí, norte, planalto norte e sul durante a grande imigração europeia no final do século XIX, e no grande oeste catarinense dentro do movimento migratório, impulsionada pela fronteira agrícola. Nessas áreas, a economia natural predominante foi sendo rapidamente transformada em mercantil, introduzindo companhias de colonização e sistemas de transportes. Foi uma dolorosa modernização, comandada por companhias privadas, avalizadas pelo Estado, aniquilando e subordinando as populações nativas.

Sobre as condições históricas dos colonos e a formação do mercado interno, Lênin realizou um estudo clássico intitulado *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria* (1905), que também nos ajuda a compreender o processo de ocupação e colonização em Santa Catarina. O seu ponto de partida foi a Reforma de 1861, implementada pelo Tzar Alexandre II, que aboliu a servidão feudal e

possibilitou a expansão da grande propriedade fundiária, em detrimento do pequeno camponês, processo que Lênin classificou como a desintegração do campesinato e do desenvolvimento da pequena indústria camponesa. Ao mesmo tempo em que a desintegração criou uma base econômica e social formada pela pequena produção mercantil, também empobreceu e proletarizou a outra parcela da população rural.

Com a expansão da economia mercantil, surge a divisão social do trabalho que amplia a produção de mais mercadorias e passa a exigir mais trabalho da propriedade agrícola e do pequeno artesanato. A agricultura transforma-se numa atividade mercantil, cujo objetivo é produzir mais mercadorias para um mercado em constante expansão e proletarização. O camponês passa a ser subordinado ao mercado, consumindo, produzindo e comercializando o maior volume possível de mercadorias. Com a sua desintegração, surge uma nova população rural que passa a ser dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. O pequeno proprietário passa a não produzir apenas para a sua subsistência, mas, sim, também um excedente com o intuito de comercializar e acumular. O mesmo acontece com os artesãos que entram na esfera mercantil, comercializando o resultado do seu trabalho. Muitos pequenos produtores e artesões, com o passar dos anos, arruinam-se, e outros oscilam em épocas de crise, porém, inicialmente, garantem uma base fundiária pulverizada. Num universo de vários pequenos produtores e artesões, há os que se proletarizam, os que acumulam bens e os que permanecem como médios proprietários, oscilando sempre em época de crise. Os pequenos produtores que se arruinam perdem seus meios de produção, tornam-se operários assalariados. Também existem aqueles que acumulam e serão os “prósperos capitalistas”, que surgem em detrimento dos produtores médios, adquirindo as propriedades falidas dos arruinados, que começam a formar um exército de reserva disponível para a indústria emergente.

Da desintegração do campesinato, com o aparecimento da pequena produção mercantil, da pequena oficina de artesanato, da proletarização e da divisão técnica e social do trabalho, nasce a manufatura capitalista. São criadas as condições para a formação e a expansão do mercado interno.

Lênin nos ajuda a esclarecer as condições históricas e sociais dos imigrantes que colonizaram o Brasil meridional, que não podem ser classificados como camponeses, pois, quando da sua partida, a Europa estava num rápido processo de desintegração social e econômica do regime camponês. Apesar de estudar somente a Rússia, a desintegração do camponês foi uma realidade em toda a Europa, onde houve a penetração das relações capitalistas nas sociedades rurais. Os imigrantes que chegaram a Santa Catarina, para iniciar uma nova etapa das suas vidas,

não repuseram formas sociais pretéritas, ou seja, camponesas, mas, sim, avançaram com a reprodução de núcleos coloniais pautados no capitalismo.

O processo de ocupação e colonização em Santa Catarina, na longa duração, foi, ao mesmo tempo, de transformação de economias naturais em mercantis e de formação de um mercado interno, que cria as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital. Com a constituição dos núcleos coloniais de imigração europeia no norte do estado (Joinville, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul), no Vale do Itajaí (Blumenau, Brusque e Rio do Sul), no sul (Criciúma e Urussanga), no oeste (Chapecó e Concórdia) e no meio oeste (Joaçaba e Caçador), a formação econômica regional catarinense assumiu um caráter descentralizado. E, se levarmos em conta a ocupação por paulistas do planalto serrano (Lages e Curitibanos) e de açorianos e vicentistas do litoral (São Francisco do Sul, Florianópolis, Laguna e Araranguá), essa formação configura-se como heterogênea.

Num importante estudo sobre a geografia humana de Blumenau, o professor Armén Mamigonian (1965) desenvolve uma análise baseada na formação socioespacial que influenciou substancialmente as pesquisas de geografia, história e economia de Santa Catarina. O autor argumenta que, nas colônias catarinenses de imigrantes, no último quartel do século XIX – norte, Vale do Itajaí, e sul – e nas frentes pioneiras – oeste e meio oeste – onde havia a presença do pequeno artesanato, oficinas, pequenas manufaturas e sistema colônia/venda criou as condições favoráveis para a prosperidade econômica regional de que surgiram grandes grupos empresariais. A base econômica pulverizada permitiu a prosperidade de vários pequenos capitalistas que, nas trajetórias de suas acumulações, se foram destacando e incorporando outras empresas. Segundo essa análise, as raízes das grandes empresas e do dinamismo histórico da economia catarinense estão vinculadas às bases coloniais da pequena produção mercantil.

Essa análise é corroborada e criticada por Goularti Filho (2007), em *Formação econômica de Santa Catarina*. Segundo o autor, que estudou as mudanças qualitativas no padrão de crescimento de Santa Catarina na longa duração, as respostas para o bom desempenho das economias regionais devem ser buscadas na presença da pequena produção e de comandos dinâmicos, exercidos por atividades e unidades econômicas, ou de infraestrutura, que exercem a capacidade de liderança na condução da renda, reproduzindo e ampliando o capital. O autor ressalta os desdobramentos da acumulação e da combinação dessas duas estruturas, em que a pequena produção absorve a renda gerada pelo setor líder (comando) e impulsiona o crescimento da economia regional. No entanto, esse processo é datado em Santa Catarina, atuando com mais intensidade de 1880 a 1945, quando o padrão de crescimento da economia catarinense era a pequena produção mercantil. De 1945 a 1962, na fase de transição, quando surge o médio e o

grande capital industrial local, o papel desempenhado pela pequena produção mercantil é muito reduzido. Seu potencial exauriu-se na fase pós-1962, quando as presenças do Estado e do grande capital se tornaram determinantes na reprodução ampliada do capital (Ibidem).

Ambas as análises, de Mamigonian (1965) e Goularti Filho (2007), versam sobre processos de ocupação, colonização e formação de mercado interno na formação das economias regionais. Podemos remetê-las às leituras de Luxemburgo e Lênin, que combinam esses processos e passam a estudar a acumulação e a reprodução ampliada de capital. Na formação econômica do planalto norte catarinense, encontraremos vários vestígios dessa trajetória. Destacamos a ocupação territorial dos Sertões de Curitiba durante os séculos XVIII e XIX, o aniquilamento das populações indígenas e a fundação de fazendas para a criação de gado. No século XIX, tivemos, em vários momentos, a colonização de imigrantes europeus e a formação de vilas ao longo dos Vales do Iguaçu e do Negro. O início da exploração racional da erva-mate, a construção de vias de comunicação e a proliferação da pequena produção mercantil nos núcleos de colonização imigrante criaram as condições materiais para a formação de um amplo mercado interno, de forças produtivas e do capitalismo.

2. Ocupação e colonização do planalto norte catarinense

No processo de ocupação e colonização do planalto norte catarinense, destacando os atuais municípios de Mafra, Canoinhas e Porto União, além de Itaiópolis e Papanduva, tivemos a presença de dois movimentos demográficos que partiram do Paraná. O primeiro ocorreu com as expedições que partiam de Curitiba em direção ao sul da Colônia, com o objetivo de ocupar novas terras, aprisionar índios e extrair pedras preciosas. Esse movimento fixou alguns indivíduos próximos aos rios Iguaçu e Negro, no chamado Campos de Palmas, onde se estabeleceram grandes fazendas de criação de gado. Do sul, por meio da Estrada da Mata, vinham as tropas e os tropeiros em direção às feiras de Sorocaba, que passavam pelas fazendas onde estabeleceram pousos. Como a difusão das atividades tropeiras e da pecuária expansiva, consolidaram-se importantes vilas paranaenses que se transformaram em cidades, como Palmas, Lapa, Rio Negro e União da Vitória. A cidade de Mafra está na margem esquerda do Rio Negro e a Porto União, na margem esquerda do Rio Iguaçu, portanto surgem como extensão das vizinhas cidades paranaenses e como estratégia de ocupação de territórios catarinenses contestados pelo governo do Paraná, desde a sua emancipação de São Paulo, em 1853 (EHLKE, 1973; GOULART, 1961).

O segundo movimento foi o fluxo imigratório de colonos europeus, incentivado pela província de São Paulo, que começou, em 1829, com a instalação 60 colonos de origem alemã nas proximidades do Rio Negro e da Estrada da Mata, onde fundaram o núcleo Senhor Bom Jesus do Rio Negro. Foi nesse espaço, ocupado por grandes fazendas e pequenas vilas, que foi alojada grande parte do fluxo imigratório do Paraná, ao longo do século XIX e início do XX. Nos anos de 1870, a região recebeu mais imigrantes provenientes de Joinville, que chegavam pela Estrada Dona Francisca, ainda em construção, além de italianos e eslavos. Outra leva de 337 imigrantes alemães, bucovinos da Baviera, chegaram em 1887 e 1888, instalando-se em Rio Negro. Em 1890, por iniciativa do governo paranaense, que visava expandir seu território, chegaram os imigrantes poloneses que fundaram a Colônia Lucena, no lado catarinense do Rio Negro, atual município de Itaiópolis. Entre 1908 e 1914, chegam os imigrantes ucranianos, que se instalam em várias cidades do sudeste do Paraná, além de alguns seguirem até Santa Catarina, onde se estabeleceram na cidade de Papanduvás. Em União da Vitória, a presença de imigrantes foi bem menor em relação a Rio Negro e às áreas de colonização catarinense no Vale do Itajaí e no Norte. Para o Vale do Iguaçu, em 1881, foram apenas 24 famílias alemãs de Joinville, nove de italianos, em 1882, poloneses, remanejados da Colônia Lucena, e ucranianos, de Papanduvás (CABRAL, 1994; RIESEMBERG, 1973 & RODYCZ, 2002).

União da Vitória, fundada na margem direita do Rio Iguaçu, em 1842, e Rio Negro, na margem direita do Rio Negro, em 1870, tornaram-se dois importantes pontos de propagação da ocupação e da colonização no planalto norte catarinense. Essas duas vilas estavam ligadas a outras praças paranaenses, como Palmas e Lapa, respectivamente, onde havia a presença das grandes propriedades pecuaristas.

Romário Martins (1995, p. 266), em *História do Paraná*, analisando as origens da economia rural paranaense, centradas nas minas, nas fazendas e nas invernadas, comenta que, no final do século XVIII, as atividades voltadas à criação de gado foram transferidas para os Campos Gerais, próximos à Estrada da Mata, onde foram fundados “novos arraiais” dos quais surgiram inúmeras vilas:

Tão próspera foi a indústria pastoril nos campos dos dois primeiros terraços do planalto paranaense, que chegou a influir tão decididamente na formação de cidades. Durante esse ciclo econômico muito mais propiciador de fortunas do que o da mineração, havia fazendeiros grandemente abastados e fazendas dentre as melhores do país.

A criação de gado, associada ao cultivo de milho, feijão e trigo, além do início da extração da erva-mate, obrigou “à vida sedentária os antigos homens de aventura” (Ibidem, p. 274). Terras férteis e vias de comunicação, como os caminhos das tropas e a navegação fluvial

nos Rios Iguçu e Negro, estimularam a entrada de novos povoadores na região, como paulistas, vicentistas, curitibanos e imigrantes europeus.

No planalto norte catarinense, dada a predominância das atividades pecuárias e tropeiras, a vida material e a divisão social do trabalho foram simples e baixas. Para atender às demandas do tropeirismo, eram exigidos instrumentos de trabalho muito simples e quase todos derivados de couro e madeira. Técnicas simples de trabalho manual eram o suficiente para a produção de laço, bruaca, arreo, pelego e outros. Ao longo da primeira metade do século XX, quando ainda havia vários tropeiros na região, os instrumentos de trabalho continuavam quase os mesmos. Quando floresceram as atividades madeireiras e ervateiras, a partir do final do século XIX, pouco se alteraram a vida material e a divisão social do trabalho, pois, como sabemos, o corte e o beneficiamento da madeira e da erva-mate eram feitos por técnicas rudimentares e demandavam poucos instrumentos de trabalho.

A situação começou a se alterar somente com a intensificação do processo de colonização, com a chegada de novos imigrantes europeus (patrocinados pelo Governo do Paraná) e com o deslocamento de imigrantes da primeira e da segunda geração, provenientes do norte catarinense e do Vale do Itajaí (promovidos pelo Governo de Santa Catarina). Foi no seio dessa colonização que, nas primeiras décadas do século XX, surgiram inúmeras oficinas, casas comerciais, marcenarias, selarias, pequenas fábricas e engenhos voltados para o complexo ervateiro.

Nessa região, que atualmente compreende o planalto norte catarinense e o sudeste paranaense, tivemos a combinação de dois regimes: a grande propriedade de origem secular onde se desenvolviam as atividades pecuaristas e o pouso de tropas e tropeiros, cujos donos eram moradores locais e/ou provenientes de São Paulo e Curitiba; e a pequena propriedade, ocupada pelos colonos imigrantes de origem europeia, que era mais diversificada e de onde também surgiram casas comerciais, pequenas oficinas e artesanato. Alvir Riesemberg (1973, p. 118), faz o seguinte relato sobre a combinação dessas duas estruturas:

Ao lado das grandes posses territoriais, a pequena propriedade, na forma de lotes coloniais, quadricula a paisagem. Aqui e lá o traço retilíneo das linhas vicinais vai cortando as curvas repetidas dos caminhos das tropas. As casas se levantam em estilo diverso, altas e pontiagudas. Nas searas ondulam coloridos diferentes: ao lado do milho, do feijão, da mandioca, estendem-se as lavouras de trigo e de centeio, e a cultura da batata inglesa ocupa extensão apreciáveis. O gado é estabulado e as medas do feno, mais ou menos altas, desempenham um motivo novo no horizonte rural. As carroças puxadas a cavalos, estrepitosas e rápidas, substituem as tropas e os carros de bois.

Tomando como referência apenas os municípios do planalto norte catarinense, ao longo da sua formação regional, do último quartel do século XIX até os anos de 1945, também tivemos

a combinação dessas duas estruturas de propriedade. Em Papanduvas e Itaiópolis, a imigração e a colonização ucraniana e polonesa conviviam com a pecuária e o tropeirismo. Colonos assimilaram os costumes locais e tornaram-se trabalhadores na construção das estradas da região e nas atividades ervateiras. Em Mafra, Canoinhas e Porto União, os colonos de origem alemã e italiana atuaram ativamente nas atividades de beneficiamento e comércio da erva-mate. Quando os empreendimentos madeireiros começaram a despontar, surgiram pequenas serrarias e atividades comerciais e produtivas, ligadas às madeireiras, na sua ampla maioria, de pequenos proprietários locais.

Segundo Linhares (1969, p. 200), os imigrantes rapidamente se adaptaram às técnicas e ao sistema de cultivo e preparo da erva-mate.

Os imigrantes se adaptaram logo às técnicas da produção ervateira, identificando-se perfeitamente, digamos, à civilização do mate e de tal forma como se ela nunca lhes fora estranha. (...) O mate exercia logo a sua atração e contribuía para maior abrandamento da colonização, no sentido de sua adaptação.

Com a chegada das companhias colonizadoras, ocorreu uma ruptura no modo de vida das famílias caboclas nativas que habitavam a região desde o século XVIII, quando os colonos imigrantes passaram a ocupar as terras que até então lhes pertenciam. Para as companhias e para os colonos, a população nativa era considerada “intrusa” e violenta e deveria ser feita uma “limpeza do terreno”, com o intuito de expulsá-la, já que eram incompatíveis os dois modos de vida. “De modo geral, os italianos entenderam como legítima a ação da companhia na retirada dos intrusos nela estabelecidos” (RENK, 1997, p. 109). Os caboclos são marginalizados e “reduzidos à condição de minoria” (p. 138).

Segundo Renk (1997), aos imigrantes couberam a colônia, a lavoura, o comércio e a indústria. Com a exclusão social promovida pela colonização, os caboclos, que eram conhecedores da mata, tornaram-se força de trabalho barata para as companhias e as empresas ervateiras, exercendo a função de tarefeiros. O trabalho mais difícil, arriscado e degradante ficou com os caboclos, já a organização da produção, com os imigrantes de origem europeia.

Na tabela abaixo, podemos ter uma noção da estrutura agrária de Santa Catarina, a partir do Recenseamento de 1920, que traz o total de proprietários rurais por município. Fazendo uma divisão integral da área do município pelo número de proprietários, podemos perceber que, no planalto serrano, havia maior concentração de terra, em oposição às áreas de colonização, que apresentavam baixa concentração. Curitibanos apresentavam uma proporção de 16,92 km² por proprietário, enquanto Blumenau, que tinha quase o dobro da sua extensão, apenas 1,17 km².

Num terceiro grupo, agregamos o planalto norte que apresenta um índice de concentração razoável para Mafra, e alto, para Canoinhas e Porto União.

Tabela 1: Estrutura da propriedade agrária nos municípios catarinenses selecionados 1920

Municípios	Área total km ²	Proprietários rurais	Km ² por propriedade
Predomina grande propriedade (planalto serrano)			
Curitibanos	4.737	280	16,92
Lages	14.624	1.612	9,07
São Joaquim	3.960	477	8,30
Campos Novos	5.275	812	6,50
Predomina pequena propriedade (áreas de colonização)			
Orleans	1.230	1.025	1,20
Blumenau	9.264	7.938	1,17
São Bento do Sul	853	853	1,00
Joinville	2.493	2.638	0,95
Urussanga	919	1.197	0,77
Combina grande e pequena propriedade (planalto norte)			
Porto União	4.965	617	8,05
Canoinhas	4.072	616	6,61
Mafra	1.383	413	3,35

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1927.

A aniquilação de populações nativas, a ocupação do território, o avanço das fazendas de criação e das vias de comunicação num amplo espaço territorial, onde havia reservas de araucária e erva-mate, criaram condições futuras para a valorização do capital agrário mercantil. O início da formação do complexo ervateiro, no último quartel do século XIX, criou expectativas favoráveis na região, servindo como elemento fixador das colônias de imigrantes e abrindo oportunidade para a prosperidade econômica de pequenos capitalistas.

3. Beneficiamento da erva-mate e do complexo regional

A erva-mate, classificada por Auguste Saint-Hilaire como *Ilex paraguariensis*, é um vegetal que convive junto à floresta araucária no Brasil meridional. Com mais intensidade, havia no noroeste do Rio Grande do Sul, no planalto de Santa Catarina, no segundo e no terceiro planaltos do Paraná e no sul de Mato Grosso.

O uso da erva-mate como bebida, em infusão, era conhecido dos índios guaranis na América do Sul, ainda no período pré-colombiano. O hábito foi incorporado pelos espanhóis após a conquista dos territórios guaranis, cuja comunidade indígena foi sendo expulsa e acossada, até ser abrigada pelos jesuítas nos Sete Povos das Missões. Junto aos jesuítas, o uso da

erva-mate também foi disseminado, inclusive com o plantio de forma racional. O seu comércio era uma das mais importantes atividades econômicas do Paraguai durante os séculos XVIII e XIX. Na Argentina, o cultivo do vegetal ocorria apenas no nordeste do país, nas províncias de Misiones e Entre Rios. Porém, quase toda a produção, que era baixa, destinava-se ao mercado interno (ALENCAR, 1960).

Entre os portugueses no Brasil, os primeiros contatos foram feitos pelos bandeirantes que seguiam para o sul da Colônia. Dos Sete Povos, o uso da erva-mate espalhou-se pelos pampas, chegando à região serrana e ao litoral do Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul. O uso do mate como bebida, hábito diário dos gaúchos, foi ampliando o seu mercado com a presença de gaúchos e descendentes em outras regiões brasileiras. Suas propriedades químicas, nutritivas e curativas vão desde constatações plausíveis até lendas e mitos de ancestrais, como diurético, digestivo, evita a fadiga, retarda a fome e até rejuvenescedor e antidepressivo. De gosto amargo, utilizado com infusão a quente, mais conhecido como chimarrão, era, e continua sendo, a mais tradicional forma de consumo do mate no Brasil. (SILVA, 1900; LINHARES, 1969).

A presença da erva-mate em território catarinense, ainda no século XVIII, também era conhecida dos tropeiros e dos bandeirantes que passavam pelo planalto serrano e norte. Somente após o início da exploração da erva-mate no Paraná, então pertencente à Província de São Paulo, a partir do segundo quartel do século XIX, sua presença passou a despertar algum interesse em Santa Catarina. Segundo Linhares (1969, p. 144), “a história do mate [em Santa Catarina] ali sempre esteve sincronizada com a do Paraná não apenas física, mas também economicamente, embora haja começado o seu desenvolvimento um pouco mais tarde”.

Com relação ao processo produtivo da erva-mate, que envolve desde a colheita até a embalagem e a comercialização, durante o século XIX e o início do XX, ocorreram poucas mudanças tecnológicas, e podemos classificá-lo da seguinte forma:

- Colheita ou poda: a poda é realizada entre os meses de maio a agosto e compreende o desgalhamento do vegetal. São cortados os galhos e as folhas, deixando apenas o suficiente para a árvore viver e reproduzir. É realizada junto com a plantação, podendo ser na mata ou onde a erva foi cultivada. Essa atividade era feita por trabalhadores, portando apenas um facão.
- Sapeçamento: consiste em passar, por alguns segundos, sobre as chamas de fogo os galhos verdes da erva-mate, recentemente cortados. As folhas murcham e estalam em função das chamas, podendo o processo ser manual ou em cilindros. Essa operação era realizada ainda na mata ou próximo à plantação da erva-mate.

- Quebra ou dessecação: após sapecada, a erva é enfeixada, separados os galhos mais finos dos mais grossos, para, em seguida, proceder-se à secagem.
- Secagem: após sapecada e quebrada, a erva segue para um dos procedimentos mais importantes, a secagem, que consiste em retirar toda a umidade do vegetal. Era feita no sistema barbaquá, em que a erva era depositada num cilindro que se comunicava com um sistema de aquecimento, evaporando a umidade das folhas e dos galhos.
- Cancheir: seguida da secagem, a erva-mate é cancheada ou triturada. É um processo desenvolvido com o uso da força humana, em que a erva é colocada sobre uma armação de madeira e picada por facões, recebendo tratamento final nos pilões manuais. A erva-mate resultante é peneirada, sendo chamada de cancheada, cuja matéria prima é utilizada nos engenhos de beneficiamento.
- Moagem: a erva sapecada e cancheada no engenho recebe o beneficiamento final por meio do sistema de soque, que é a moagem. Aí se dá a separação dos diversos tipos de erva, de acordo com a classificação comercial: grossa, fina e extrafina.
- Embalagem: a erva era acondicionada em, basicamente, quatro tipos de embalagens: sacos de algodão, barricas de pinho, pacotes de papel e latões (COSTA, 1935).

Todo esse processo, associado às atividades diretas e indiretas da produção, do beneficiamento, do transporte e da comercialização da erva-mate, formava o complexo regional ervateiro. Com base do estudo de Cano (1990) sobre o complexo cafeeiro, podemos definir os seguintes elementos que compõem um complexo agrário mercantil regional:

- a) Atividades produtoras da erva-mate,
- b) Agricultura de alimentos e as atividades fabris produtoras de insumos para as unidades e a população, vinculadas ao complexo ervateiro,
- c) Implantação de um sistema de transportes integrando as unidades produtoras aos portos,
- d) Movimento imigratório e migratório,
- e) Criação e expansão de atividades bancárias e comerciais (exportação e importação),
- f) Desenvolvimento de infraestruturas, como armazéns, portos, energia e comunicações,
- g) Ação estatal (federal e estadual), atuando nos gastos públicos e em mecanismos regulatórios.

Esses elementos interagem num fluxo constante, produzindo, beneficiando, comercializando e transportando a erva-mate, gerando efeitos de expansão da renda e diversificação dos investimentos, reduzindo os custos e aumentando a produtividade. Esses

efeitos geravam economias de escala, expandindo o mercado e proporcionando maior especialização regional, diversificação econômica e integração comercial e produtiva dentro do próprio complexo ervateiro.

Na tabela abaixo, podemos acompanhar a evolução da produção catarinense de erva-mate e sua participação no mercado nacional entre 1910 e 1944. É notória a trajetória de crescimento da produção até 1928, seguindo-se uma queda após 1930, causada pelo processo de “substituição de importações” na Argentina. Em 1944, Santa Catarina registrou um nível de produção próximo ao do ano de 1918, porém essa queda não significou um deslocamento da erva catarinense do mercado nacional, dado que a crise também atingiu outras regiões produtoras.

Tabela 2: Produção de erva-mate em Santa Catarina e a participação na produção nacional 1910-1944

Ano	Produção (em t)	Participação de Santa Catarina (em%)
1910	5.761	
1912	5.303	
1914	2.918	
1916	4.978	
1918	11.629	
1920	19.852	
1922	16.815	
1924	17.675	7,4
1926	19.461	9,9
1928	32.503	12,2
1930	19.812	7,1
1932	20.859	16,5
1934	16.089	18,6
1936	14.490	15,1
1938	21.645	23,0
1940	8.987	10,7
1942	12.390	15,3
1944	14.060	21,2

Fonte: GOULARTI FILHO, 2007

A evolução das exportações da erva-mate e a sua participação na balança comercial catarinense de 1894 a 1942, segue quase os mesmos passos do nível da produção. Enquanto, no final do século XIX, a participação da erva-mate era de mais de 20,0%, nas décadas de 1910 e 1920, mesmo com algumas instabilidades, mantém-se em torno de 15,5%, com uma queda acentuada nas décadas seguintes, chegando a 2,52% em 1942. Essa reversão é explicada pelas mudanças de estratégias da Argentina na produção da erva-mate e pelo aumento das exportações catarinenses de madeira.

Tabela 3: Evolução das exportações de erva-mate e a participação na balança comercial catarinense 1894-1942

Ano	Erva-mate (em Réis)	Total Geral (em Réis)	Participação (em %)
-----	---------------------	-----------------------	---------------------

1894	1.331:010	4.995:126	26,65
1896	1.333:851	6.598:370	20,21
1898	2.043:778	10.000:000	20,44
1900	2.309:244	7.255:565	31,83
1902	2.022:130	7.281:000	27,77
1904	1.378:030	7.233:000	19,05
1906	1.467:044	7.794:145	18,82
1908	1.479:030	10.354:328	14,28
1910	1.286:834	6.891:977	18,67
1912	1.164:589	8.124:751	14,33
1914	1.168:017	8.979:267	13,01
1916	1.491:046	15.180:991	9,82
1918	3.645:876	25.876:000	14,09
1920	4.978:005	37.799:244	13,17
1922	7.047:689	42.891:817	16,43
1924	6.471:063	77.316:768	8,37
1926	7.143:910	59.818:310	11,94
1928	17.379:300	86.046:384	20,20
1930	14.639:553		
1932	15.444:087	82.863:792	18,64
1934	7.914:383	94.866:979	8,34
1936	8.988:770		
1938	9.172:000	272.962:000	3,36
1940	9.257:000	280.402:000	3,30
1942	13.801:000	546.901:000	2,52

Fonte: GOULARTI FILHO, 2007

4. Pequena produção e atividades ervateiras em Mafra, Canoinhas e Porto União

Em Mafra, das 413 propriedades recenseadas em 1920, 288 eram produtoras de erva-mate (46,75%). Em Canoinhas, a relação era de 616 propriedades para 425 produtores (69,0%) e, em Porto União, 617, para 229 produtores (37,11%), representando os três municípios 50,6% do total de produtores catarinenses (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1927). Em 1932, a produção foi assim distribuída: Canoinhas, 7.800 t, Mafra, 1.802 t e Porto União, 940 t, representando 35,6% da produção estadual de erva-mate (COSTA, 1935).

O beneficiamento e a comercialização eram feitos pela pequena produção mercantil, concentrada nos engenhos e nas casas comerciais. Em Canoinhas e Porto União, predomina a colheita e, em Mafra, o beneficiamento, sendo a comercialização realizada em todos os três. Nesse tópico, iremos detalhar a presença da pequena produção mercantil dentro do complexo ervateiro catarinense, destacando os engenhos, as casas comerciais, as oficinas e as pequenas fábricas, ou seja, as unidades econômicas responsáveis pelo alargamento do mercado interno.

4.1 Mafra

O município de Mafra surge como um desmembramento do município paranaense de Rio Negro, após a assinatura do Acordo de Limites entre Santa Catarina e Paraná, em 20 de outubro de 1916. A região já era povoada desde o início do século XIX por índios, tropeiros, que

estabeleceram pousos, “trabalhadores”, que executaram serviços de abertura e melhoramentos da Estrada da Mata, e por alguns imigrantes alemães. No final do século XIX e início do XX, chegaram mais imigrantes (alemães, poloneses e ucranianos) e trabalhadores para a construção dos ramais ferroviários Curitiba-Rio Negro e Linha São Francisco. Somente após o término da Guerra do Contestado (1912-1916) e a assinatura do Acordo de Limites, o governo catarinense homologou a criação de Mafra, em 8 de setembro de 1917.

Mafra sempre foi bem servida por boas vias de comunicação, como a Estrada Dona Francisca, concluída em 1893, que seguia em direção a Joinville, e a Estrada da Mata, em direção a Lages e Lapa. Até União da Vitória era possível chegar pela via fluvial, navegando nos Rios Negro e Iguçu. O primeiro trecho ferroviário foi inaugurado em 1895, ligando Rio Negro a Curitiba, de onde era possível chegar até os portos de Antonina e Paranaguá, e o segundo, em 1913, a Linha São Francisco, em direção ao Porto de São Francisco do Sul. A disponibilidade de amplas vias de comunicação possibilitou o fluxo migratório para a região e o escoamento da produção de erva-mate, madeira e demais mercadorias, produzidas localmente, em direção aos centros urbanos maiores (Curitiba e Joinville) e aos portos do Paraná e Santa Catarina (GOULARTI FILHO, 2010; MAFRA, 2008).

Dentro do complexo ervateiro, Mafra tornou-se um importante centro de beneficiamento e comercialização da erva-mate. A expansão das atividades ervateiras e da pequena produção mercantil no município de Mafra se intensificou mais após 1917, com o apoio e a proteção do governo catarinense que, inclusive, promoveu o deslocamento de imigrantes da região de Joinville e Blumenau em direção ao planalto norte. Parte da erva que vinha pela via fluvial e, após a conclusão da Linha São Francisco, até Porto União, pelos trilhos do trem, era descarregada em Mafra, para ser beneficiada e, depois, seguir viagem em direção ao Porto de São Francisco do Sul.

Em 1917, quando da sua criação, havia no município de Mafra 1.500 habitantes e 166 moradias, uma estação ferroviária, um porto fluvial, 28 casas comerciais, vinte fábricas de barricas de madeira para embalar a erva beneficiada, 45 fazendeiros, quatorze indústrias, além de açougueiros, ferreiros, marceneiros e outros profissionais. Entre as indústrias, destacamos três engenhos de beneficiamento de erva-mate: A. Batista & Cia., Brazílio Celestino de Oliveiras e João Braz Moreira. Entre os comerciantes, dois eram exportadores da erva-mate: José Procopiak e Jordan, Gerken & Cia. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA, 1918; REVISTA COMEMORATIVA DO CINQUENTENÁRIO DO MUNICÍPIO DE MAFRA, 1967).

Também havia a presença de pequenos proprietários de origem europeia, provenientes dos vários movimentos imigratórios e migratórios. Das atividades econômicas destacadas acima,

nove industriais, 21 comerciantes, 19 fabricantes de barricas e 25 profissionais eram todos imigrantes de origem europeia. Entre as casas comerciais, uma das maiores era a Casa Minerva, de Gabriel Dequech, que revendia tecidos e confecções, ferramentas, gêneros alimentícios, além de comprar e vender erva-mate (A COMARCA, 1919). A Casa Procopiak, de José E. Procopiak, tinha um variado sortimento de fazendas, tecidos, perfumaria e ferragens, e o Armazém Rio Brando, de Carlos Schmidt, dispunha de depósito para mercadorias em geral (FOLHA DO NORTE, 1918). Entre os proprietários das 45 fazendas existentes no município de Mafra, 32 eram imigrantes, desde as gerações mais antigas, de 1829, até as do final do século XIX e início do XX.

No ano de 1920, com uma população de 10.845 habitantes, sendo 3.845 na sede do município, foram registradas, em Mafra, cinquenta casas comerciais, quatorze entre engenhos, moinhos e pequenas oficinas, nove serrarias de madeira, seis ferreiros e mais quinze outros artesões, que produziam ferramentas para trabalhos e utensílios domésticos. Dentro do complexo ervateiro, havia quatro engenhos de beneficiamento de erva-mate: A. Batista & Comp., Brasília Celestino Oliveira, H. Jordan & Comp. e Gebran & Sabbag. Também destacavam-se os 22 barriqueiros, fazendo de Mafra o principal centro abastecedor de barricas dentro do complexo ervateiro catarinense (INDICADOR CATARINENSE, 1919; INDICADOR CATARINENSE, 1920).

Entre os comerciantes havia os que se especializavam na compra e na exportação da erva-mate e os que faziam do comércio ervateiro apenas um dos segmentos das suas inúmeras atribuições. No início dos anos de 1920, Pedro Adelio & Cia. era um comprador em grande escala da erva-mate e de produtos coloniais e representava as firmas Monzon, Ribas & Cia. de Ponta Grossa. Henrique Jordan & Cia., com matriz em Joinville, era uma casa comercial ampla e especializada em vários segmentos, com destaque para a compra de erva-mate. Seu proprietário também possuía quatro engenhos. Salustiano F. Costa era uma casa comercial importadora e exportadora, especializada em secos e molhados, que também comprava erva-mate. Domingos da Nova & Filho atuava no ramo de secos e molhados, revendendo ferramentas e produtos químicos, além de se especializar na compra de erva-mate e madeira. Pedro Kalil Sphaer, proprietário da Casa Nova, localizada na Vila Nova, além de secos e molhados, também comercializava erva-mate e nó de pinho. J. Pompeo, exportador de erva-mate, atuava com casa comercial e como representante de outros gêneros do país. E, por último, João Bes, comércio de secos e molhados, que comprava todos os produtos coloniais e exportava erva-mate. Esses estabelecimentos faziam o papel de entrepostos comerciais ou de atravessadores, comprando a erva-mate de pequenos e grandes produtores e de engenhos artesanais, para, em seguida,

exportá-la, seguindo em direção a Joinville e ao porto de São Francisco do Sul (INDICADOR CATARINENSE, 1922; O REGIONAL, 1923).

Itaiópolis, antiga Colônia Federal Lucena, fundada em 1890 e desmembrada de Mafra em 1918, que ficava às margens da Estrada da Mata, também era um importante produtor de erva-mate. A Colônia foi povoada por imigrantes de várias etnias, com maior destaque para os poloneses, que chegaram ainda no século XIX, e os alemães, que migraram de colônias catarinenses. No ano de 1922, com 4.989 habitantes, havia na cidade 41 casas comerciais, 20 oficinas, 11 serrarias e 10 moinhos, além de 300 produtores de erva-mate, mostrando a forte presença da pequena produção mercantil (INDICADOR CATARINENSE, 1922).

No ano de 1925, foram registradas, na cidade de Mafra, onze casas comerciais exportadoras de erva-mate: Jordan, Gerken & Cia., Emilio Von Linsingen & Cia., Brasília Celestino de Oliveira, Eugenio La Maison, A. B. dos Santos Ribos, J. Procopiak & Cia., Dequech & Cia., Walfrido de Almeida, B. Bandeiras Ribos, Valentin Bonnach e Bernardo Stam. Além de outras casas comerciais que atendiam a diversos segmentos, também havia as que compravam e revendiam a erva-mate, como: Germano Wünsche, Adam Semmer, Antonio Weiss, Pedro Wega & Kuss, Nicolau Ruthes, Francisco Pasternak e Carlos Borba. Além das barricarias, entre as pequenas oficinas que atendiam aos engenhos, havia três ferreiros, dois funileiros, uma olaria, quatro tanoarias e duas fábricas de carroças (ALMANAK LAEMMERT, 1927; GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1927).

Em paralelo ao complexo ervateiro, convivia a grande propriedade secular, cujas mudanças na econômica regional a obrigaram a se adaptar à lógica mercantil, ou seja, pecuaristas passaram a explorar a erva-mate que brotava em suas propriedades, revendendo-a para os engenhos e as casas comerciais exportadoras. Com o advento da economia baseada na madeira, os mesmos fazendeiros começaram a vender o pinheiro para as serrarias que faziam o serviço de “limpeza do campo”, possibilitando a expansão da pecuária.

Em 1929, Mafra já se consagrava como um importante centro econômico do planalto catarinense, acima de Canoinhas e Porto União. Bem servida por vias de comunicação, a cidade partilhava com Rio Negro de um “polo” dentro do complexo ervateiro. No ano de 1929, surgem mais outros dois compradores e exportadores de erva-mate: Rigoletto Conti e H. Douat & Cia. Entre os engenhos, seis eram de erva-mate: Jordan, Gerken & Cia., Emílio Von Linsingen & Cia., Bernardo Stamm & Cia., Eugenio La Maison, J. Procopiak & Irmão e B. Celestino de Oliveira. Com a expansão das atividades madeireiras, as pequenas serrarias que havia na se multiplicavam e se constituíam em outro importante segmento econômico, chegando a 25 (CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ RIO NEGRO – MAFRA, 1929).

Em 1933, Mafra contava com 19.200 habitantes, sendo que 9.500 residiam na zona urbana, e ainda mantinha as fábricas de barricas, os seis engenhos de erva-mate e os exportadores J. Procopiak & Irmão e Brasília Celestino de Oliveira. No setor madeireiro, contava com 33 serrarias espalhadas por todo o território do município, trinta pequenas fábricas e 54 casas comerciais (ANUÁRIO CATARINENSE, 1933; PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA, 1932).

Para enfrentar a crescente crise da economia ervateira, que se agravava constantemente, no ano de 1935, um grupo de 41 produtores de residentes em Mafra, Itaiópolis e Papanduvás fundaram o Consórcio Profissional de Produtores de Erva-Mate. Outra medida importante para se fortalecerem foi a fundação, em 12 de junho de 1937, da Cooperativa dos Produtores de Erva-Mate de Mafra, que começou com um capital de oitenta contos de réis, comprando o engenho de Eugênio La Maison. Dois anos após a sua fundação, com a autorização do Instituto Nacional do Mate, a Cooperativa começava a exportar a marca “Herva-mate Brazil” (REVISTA COMEMORATIVA DO CINQUENTENÁRIO DO MUNICÍPIO DE MAFRA, 1967).

No amplo Cadastro Industrial do Estado, realizado pelo IBGE em 1937, Mafra contava com 97 estabelecimentos, sendo que os de maior destaque eram quarenta serrarias, onze barricarias e quatro engenhos de erva-mate. Dentro das atividades madeireiras, começava a ocorrer uma transformação produtiva, passando da simples extração para o beneficiamento com a presença de cinco fábricas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1937). O Almanak Laemmert de 1937 registrou vinte barricarias, oito ferrarias, dois funileiros e seis exportadores da erva-mate.

Nos anos de 1940, devido ao desmonte parcial do complexo ervateiro catarinense, com uma queda acentuada nas exportações, a economia de Mafra já estava consolidada nas atividades madeireiras. Apesar de manter ainda os mesmos engenhos de erva-mate e as barricarias, assistimos a uma metamorfose no setor madeireiro com o surgimento da indústria de beneficiamento, como fábricas de compensados, móveis, caixas de madeira, cabos de ferramentas, carroçarias para caminhões, forros, assoalhos e aberturas para residências, todos voltados para o mercado regional. Destacamos a fábrica de compensados de E. Wassmansdorf, a marcenaria e a carpintaria de Ernesto Lehmann e Eugênio Fritsch e as seguintes fábricas de caixas de madeira: Ewaldo Sabatke, Idelfonso Melo, João Batista Pigato & Cia. e Maurício Caillet (GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1941).

Rio Negro e Mafra, que sempre formaram uma única malha urbana, separada apenas pelo rio, tiveram um crescimento demográfico quase uniforme. Em 1920, Rio Negro contava com

17.845 habitantes e Mafra, recém-criada, 10.845, em 1940 já eram 24.980 e 22.172, respectivamente.

4.2 Canoinhas

A região onde hoje está situado o município de Canoinhas foi alvo de várias expedições de entradas e bandeiras que provinham de Curitiba. O território também fazia parte da área contestada pelo governo do Paraná, até a assinatura do Acordo de Limites.

Após os trabalhos de melhoramentos da Estrada da Mata, concluídos em 1829, muitos “trabalhadores” que realizaram os serviços ficaram residindo em pouso ao longo da estrada, como na comunidade de Papanduvras, e outras mais próximas aos rios Iguaçu e Negro. Nesse caminho em direção ao Iguaçu, alguns pararam nas margens do rio Canoinhas, estabeleceram moradia e fundaram a localidade de Passo do Canoinhas. Outra corrente populacional que chegou até as margens do rio Canoinhas, em 1892, foi a dos imigrantes de origem alemã, provenientes de Rio Negro. Somam-se a esses os poloneses da Colônia Federal Lucena, que migraram em busca de áreas mais rentáveis. Porém, oficialmente, a fundação do município ocorreu em 1902, com a criação do distrito de Santa Cruz de Canoinhas que pertencia a Curitibaanos. Mesmo envolvido com as disputas territoriais com o Paraná, o governo de Santa Catarina, para reforçar sua presença na região, em 1912 emancipou o município de Canoinhas, contando com apenas sessenta casas e os distritos de Papanduvras e Três Barras (SILVA, 1941). Após o fim dos conflitos do Contestado e a assinatura do Acordo de Limites, o município recebeu mais imigrantes provenientes de colônias catarinenses do Vale do Itajaí e do norte (CAMPOS *et al.*,1957)

Em Canoinhas as principais vias de comunicação eram a fluvial, realizada por pequenas embarcações que navegavam no rio Canoinhas, num trecho de 50 km, e a Linha São Francisco, com uma estação em Marcilio Dias, e um ramal ferroviário que seguia em direção ao centro da cidade. Por essas duas vias, eram transportadas a erva-mate e a madeira em direção a Mafra e ao porto de São Francisco do Sul.

Outro destaque importante em Canoinhas foi a presença da grande serraria Southern Brazil Lumber, de propriedade do empresário norte-americano Percival Farquhar, no distrito de Três Barras, que entrou em operação no ano de 1913 e era considerada a maior da América Latina. Farquhar também era proprietário de 3.248 km² de terras entre União da Vitória e a cabeceira do rio do Peixe e de diversas outras propriedades, localizadas na área contestada entre Santa Catarina e Paraná (THOMÉ,1983). A Lumber se constituiu num outro importante fator de atração de força de trabalho de origem europeia, ou não, proveniente de todo o Contestado.

Segundo Tokarski (2008), mesmo antes da fundação do distrito de Santa Cruz de Canoinhas, já havia comerciantes que negociavam a erva-mate, como Thobias Lourenço de Souza, Manoel Eugênio de Souza e Roberto Ehlke, que se estabeleceram no ramo de exportação em 1896. Em 1904, chegaram ao distrito Octavio Xavier Rauen e, em 1907, foi a vez de João Sotter Mattos. Canoinhas também foi sede de filiais de importantes casas comerciais, que se instalaram no começo do século, como a Kirchner & Cia., de Rio Negro, e a famosa firma Abdon Batista & Cia., de Joinville.

A pequena produção mercantil também se fez presente em Canoinhas. Como fruto do fluxo migratório, em 1913 havia, em Canoinhas, oitenta famílias de imigrantes poloneses que plantavam diversos alimentos e “se achavam em boas condições econômicas”. No mesmo ano, foram registradas quatro fábricas de cerveja, duas de salsicha, quatro de gasosa, um curtume e uma olaria. As exportações de erva-mate alcançaram a cifra de 250 mil arrobas (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1913, p. 24).

Num artigo publicado em 1915, pelo jornal local O Imparcial, foram destacados os seguintes exportadores de erva-mate e suas respectivas cotas para os meses de julho a setembro: Roberto Ehlke, com 200,6 t, José Pavão, com 72,4 t, Adolpho Bading, com 63,3 t, Kirchner & Cia., com 60,2 t, Vieira & Gomes, com 38,9 t, e mais outros dozes exportadores com 127 t. Nesse ano, destacavam-se as seguintes casas comerciais: Casa Roberto Ehlke & Cia., cujo anúncio no jornal lembrava que era “o estabelecimento mais antigo desta vila”, sendo também agente de companhias de navegação, uma filial da Innocencio & Cia. e a Casa Vieira & Gomes (O IMPARCIAL, 1915). Outros três importantes estabelecimentos comerciais eram a Casa Palmeira, de Kirchner & Cia. e a Casa Adolpho Bading, ambas com uma variedade de fazendas, secos e molhados, além da venda de erva-mate e outros gêneros alimentícios, e a Alfredo Mayer, especializada em armarinhos, calçados, tecidos e na venda de erva-mate e cera (O TIMONIERO DO NORTE, 1917; O DEMOCRATA, 1919; A SEMANA, 1920).

Dentro do complexo ervateiro, Canoinhas foi considerada a “Capital da Erva-Mate”, a ponto de trocar o nome do município, em 1923, para Ouro Verde. Havia, na região, mais produtores do vegetal do que engenhos de beneficiamento. Nessa década de “ouro” para Canoinhas, destacavam-se as seguintes casas comerciais, que negociavam erva-mate, comprando de produtores e vendendo para exportadores, em Joinville: Elias Selem & Filhos, Antonio Frederico Reu, Emilio Abrahão Selene Irmão, Roberto Ehlke & Cia., Rodolpho Olsen, Bernardo Olsen, Tannus Antonio Isphair da Casa Estrela, Allage, Mansur & Cia., Dequech & Cia., Adolpho Bading, B. Bandeira Ribas, F. Kolher & Cia., Firmino Soares Carvalho, Joaquim Eleutério Madeiro, Guilherme Roeder, João Sade e José Ignácio de Medeiros. No

beneficiamento, a filial de Henrique Jordan & Cia. e o Estanislau Schumann, que ficava na Boa Vista e dispunha de fazenda e engenho. Na cidade, também havia outras importantes nove casas comerciais, ligadas a diversos ramos, e quatorze pequenas fábricas, além de pequenas oficinas artesanais, como selarias, ferragens e carpinteiros, que atendiam às demandas dos engenhos. Há de se ressaltar a presença de bancos e de agentes bancários, como o Banco Nacional do Comércio, cujo agente era Luiz Kuenzer, e os correspondentes Emilio Selene, do Banco do Brasil e do Banco Franco-Italiano, e Dequech & Cia., do Banco Pelotense e do Banco Alemão Transatlântico. No setor madeireiro, mesmo com a forte presença da Lumber, que quase monopolizava a extração, o beneficiamento e o comércio da madeira, não anulou a possibilidade de surgirem pequenas serrarias com capital de origem local. No ano de 1928, foram registradas pela Prefeitura Municipal 42 serrarias (ALMANAK LAEMMERT, 1922; INDICADOR CATARINENSE, 1922; GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1927; PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE, 1928). A casa comercial de Bernardo Olsen, além de vender os mais diversos produtos, também possuía olaria, engenho de serra e serviços de navegação fluvial. Era uma das maiores casas comerciais da cidade e contava com um armazém no porto de Santos. A Emiliano Irmão & Cia. também atuava no ramo madeireiro, comprando cedro, imbuia e pinho para serem beneficiados e depois revendidos (JORNAL DO POVO, 1923).

No ano de 1930, mesmo com início da crise no setor ervateiro, o comércio local se manteve nas especialidades, atendendo às demandas locais e comprando e exportando a erva-mate. Novas casas comerciais começaram a surgir, como o Estabelecimento Comercial de Adolfo Voigt, Emilio Ritzmann, a filial de Bernardo Stamm & Cia. e Theodoro Huminhuk, J. Brenny & Pieczarka, Grabiél Seleme & Filhos, da tradicional família Seleme, Portes, Irmão & Cia., que mantinha um engenho em Três Barras, e João Jantsch, com sede na estação Marcílio Dias (JORNAL AVANTE, 1930; JORNAL BARRIGA VERDE, 1937; ANUÁRIO CATARINENSE, 1933).

Com uma população de aproximadamente 32 mil habitantes, sendo que 12.140 residiam na sede do município, Canoinhas começa os anos de 1930 consolidando-se como um centro produtor de erva-mate, e uma destacada especialização no corte e no beneficiamento da araucária. Ao redor desses dois importantes segmentos econômicos, que conduziam a renda local, brotavam as casas comerciais, as oficinas e as pequenas fábricas. No ano de 1933, foram registradas 124 casas comerciais, distribuídas em todas as vilas e distritos, sendo que, na sede, eram 65. Também havia doze ferrarias, cinco selarias, quatro latoarias, dez marcenarias e uma fábrica de fogão (ANUÁRIO CATARINENSE, 1933). O Cadastro Industrial de 1937 apontava a presença de 33 fábricas de diversos segmentos, sendo treze engenhos de beneficiamento de

cereais e 57 serrarias (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1937). No Almanak Laemmert de 1937, temos o registro de seis exportadores de erva-mate, entre eles a Cooperativa de Produtores de Erva-Mate e a Federação dos Produtores de Erva-Mate de Canoinhas.

Na indústria madeireira, começou a haver uma diversificação das atividades com o surgimento e a ampliação de fábricas de móveis, caixas, tacos, carroçarias e laminadoras. Em 1940, podemos verificar a presença de diversas pequenas indústrias ligadas tanto às atividades madeireiras, como às ervateiras: 29 fabricantes de carroças, 26 ferrarias e 10 selarias, além de 23 cerâmicas (SILVA, 1941).

A crise dentro do complexo ervateiro, que se aprofundou durante toda a década de 1930 e a de 1940, não significou um desmonte da economia local, pois as atividades madeireiras continuaram a se expandir e a se diversificar, aumentando o número de casas comerciais. O Guia do Estado de Santa Catarina de 1941, cuja publicação era paga pelos anunciantes, traz o registro de 25 casas comerciais, sendo algumas também especializadas na exportação do mate, além de outras 32 pequenas fábricas, demonstrando que não houve um desmonte do setor, mantendo a expansão da renda regional (GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1941).

A pulverização da acumulação, distribuída em várias pequenas casas comerciais, fábricas e oficinas, quase na sua ampla maioria de proprietários de imigrantes poloneses, alemães, italianos e ucranianos da primeira ou da segunda geração, se articulava com a forte expansão da renda, promovida pelo comando da acumulação exercida, num primeiro momento, pelo complexo ervateiro e, em seguida, pelas atividades madeireiras.

4.3 Porto União

A fundação de Porto União como município catarinense, em 5 de setembro de 1917, guarda semelhanças com Mafra. O território onde hoje está instalado Porto União também ficava dentro da ampla região contestada pelo governo paranaense. Portanto, a sua origem e as primeiras iniciativas econômicas estão ligadas às estratégias paranaenses para ocupar e colonizar a região.

Dentro dos Campos de Palmas, que haviam sido penetrados e ocupados por várias expedições de paulistas e curitibanos, as margens do rio Iguaçu começaram a ser povoadas a partir de 1842, com a “descoberta” de um vau que permitia a passagem do gado que vinha do sul do Império em direção às feiras paulistas. Nessa localidade foi fundada a Vila de Porto União da Vitória, que passou a essa categoria em 1877, pertencente ao município de Palmas. Na margem esquerda do rio, também florescia uma pequena freguesia, atual Porto União, onde crescia um comércio, realizado com tropeiros que ficavam na região (LAZIER, 1985).

O ritmo de crescimento da Vila de Porto União da Vitória acelerou-se com o início da navegação a vapor nos rios Iguaçu e Negro, em 1880, pelo Coronel Amazonas de Araújo Marcondes, que fundou uma companhia de navegação e colonização. A vila transformou-se num entreposto comercial com portos fluviais por onde passavam as cargas de erva-mate, provenientes da região de São Mateus. Em seguida, surgiram várias companhias de navegação e pequenos proprietários que, às vezes, dispunham de apenas um barco e atendiam ao transporte regional, levando mercadorias até Rio Negro, que depois seguia em direção aos portos marítimos (MANSUR, 1932). A ferrovia chegou à região em três datas diferentes: em 1905, quando ligou União da Vitória com Irati, em direção a São Paulo; em 1910, com a conclusão do trecho catarinense da EFSPRG, cortando todo meio oeste catarinense e ligando-o com o Rio Grande Sul; em 1917, quando chegaram os trilhos da Linha São Francisco, colocando a cidade em contato com Canoinhas, Mafra, Joinville e o porto de São Francisco do Sul (SANTA CATARINA, 1936; SILVA, 1933).

A disponibilidade de terras em que poderia ser extraída a erva-mate e a araucária, a possibilidade de prosperidade econômica, as facilidades no transporte e os incentivos dos governos estaduais para definir o território deslocaram para a região pequenas levas de imigrantes de origem polonesa, alemã e ucraniana de primeira e segunda geração, no final do século XIX e início do XX. O processo de colonização no Vale do Iguaçu foi quase o mesmo do Rio Negro e de Canoinhas, a convivência de duas estruturas produtivas: a pequena produção mercantil e a grande propriedade. Ambas se beneficiavam com a expansão do complexo ervateiro e das atividades madeireiras.

No ano de 1920, Porto União já contava com uma população de 12.068 habitantes, sendo 3.127 na “área urbana”. Na cidade, havia 22 pequenas casas comerciais, sendo 10 de proprietários de origem imigrante, e 21 casas de secos e molhados, sendo 7 de imigrantes. Na exportação da erva-mate, destacavam-se Manoel Olalde, Francisco Machado, Alexandre Sclemm e Henrique Gom. A casa comercial Pompeo & Admar, de secos e molhados, com atacado e varejo, e filiais em União da Vitória, Cruz Machado e Marechal Mallet. Havia também as ferrarias de Ladislao Kovalesky, Leonardo Kuler e Nicolao Moras, além de marcenarias, selarias e o tanoeiro Sergio A. Silveira (INDICADOR CATARINENSE, 1920; A UNIÃO, 1920). No beneficiamento da erva a cidade contava com o engenho de Oxilio Scichero & Cia., cuja matriz era em Rivera, no Uruguai (O REGIONAL, 1923). Havia duas agências de navegação fluvial: Balster & Pompeu e a Bruno Riecke. Porém, as atividades madeireiras no lado catarinense do rio Iguaçu ainda eram pequenas, e contavam com apenas seis serrarias:

Fortato & Cia., Tavares & Cia., Milano & Cia., Daniel F. Scheckam, Arthur Kaiser Júnior e Humberto Darif Vallões (INDICADOR CATARINENSE, 1923).

No final da década de 1920, surgem mais exportadores de erva-mate: Dequech & Cia., Henrique Burmestre, Arthur Kaiser Júnior, Francisco Machado, Guilherme Koerner e José Linder. Entre as pequenas oficinas que atendiam aos engenhos, havia quatro marcenarias, três selarias, três ferreiros e um funileiro (ALMANAK LAEMMERT, 1927; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1929; A IMPRENSA, 1929). Na Vila de Vallões, havia importantes exportadores de erva: Casa Santa Theresa, Salustiano J. Costa, Casa Sinder, Estephano Patruni, Pedro Patruni, Floriano B. Moreira, Nestor Guedes e Abrão Patruni, além da Domit & Irmãos, especializada em colonização, serraria e correspondente do Banco Pelotense (O MUNICÍPIO, 1923; ANUÁRIO CATARINENSE, 1932)

No início dos anos de 1930, a sede do município possuía 38 casas comerciais de secos e molhados e dezessete em Vallões e, entre o universo de pequenas atividades produtivas, havia 27 fábricas, entre funilarias, curtumes, marcenarias e fábrica de bebidas. Das 85 propriedades que extraíam a erva-mate, 55 adotavam o método do barbaquá e 30, o carijó (ANUÁRIO CATARINENSE, 1933). Em 1937, pelo Cadastro do IBGE, foram registrados 21 serrarias, 10 engenhos de beneficiamento de cereais e 5 curtumes. No Almanak Laemmer (1937), temos o registro de dezesseis pequenas oficinas, entre funilarias, marcenarias, fundições e curtumes, que atendiam às demandas dos engenhos, além de trinta casas comerciais de secos e molhados, sendo que dezesseis eram de proprietários de origem imigrante. Com a expansão das atividades madeireiras, no ano de 1940 foram registradas em todo o município 29 serrarias, chamando atenção a presença de pequenas fábricas de artefatos de madeira, como móveis, carpintarias, pasta mecânica e cabos de vassouras e de ferramentas (THOMÉ, 1995).

Entre Porto União e União da Vitória sempre houve uma forte simbiose, sobretudo na economia, cujos limites territoriais não definiam a autonomia de cada município, e um crescimento paralelo. Em 1920, a população de União da Vitória era de 10.527 habitantes e a de Porto União 12.068, e em 1940, passando para 29.636 e 20.823, respectivamente.

5. Considerações finais

No planalto norte catarinense, o complexo ervateiro combinou com a pequena produção mercantil. A expansão da renda promovida pelo complexo era absorvida pelas inúmeras atividades produtivas e comerciais que dinamizaram a economia local. Nas décadas seguintes pós-1945, com o desmonte parcial do complexo ervateiro, a região aperfeiçoou sua

especialização nas atividades madeireiras com o desdobramento para a produção de derivados e artefatos com maior incorporação tecnológica. Além disto, tivemos o surgimento de novos setores como a indústria de papel e celulose, revestimento cerâmico e vestuário, em que há a presença de pequenas e médias empresas que contribuem para a sustentação e a promoção da renda local.

O complexo ervateiro mercantilizou a região, comandou o processo de acumulação e fixou os colonos. Do desdobramento da acumulação capitalista, gerado pelas atividades produtivas, comerciais e de transporte, surgiu uma base industrial regional especializada, porém pouco diversificada e de baixa participação na produção industrial catarinense, resultando num lento e contínuo crescimento econômico.

Esse resultado nos leva a concluir que, mesmo com a combinação de estruturas, até a década de 1930, podemos afirmar que, na formação econômica do planalto norte catarinense, houve uma predominância da economia natural (trepadeira e pecuária) sobre a economia mercantil (pequena produção mercantil) capitalista, devido a fatores históricos e culturais na formação social. No tropeirismo e na pecuária, havia uma baixa divisão social do trabalho e uma vida material mais simples, e seus condutores não tinham o capitalismo com valor ético e moral. A presença e a difusão da pequena produção mercantil aceleraram a acumulação regional, porém a falta de um comando mais dinâmico, dado que o sistema de produção e comercialização da erva-mate era arcaico e simples, restringiu o desenvolvimento de trajetórias de empresas na formação de grandes indústrias.

6. Fontes e referências

Livros e periódicos

- ALENCAR, F. Rodrigues. **Erva-mate**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1960.
- ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Um aspecto da economia de Santa Catarina**: a indústria ervateira – o estudo da Companhia Industrial. Florianópolis: UFSC/CCH, 1979 (Dissertação de mestrado).
- CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- CAMPOS, M. *et al.* **Focalizando Canoinhas, Jaraguá do Sul e Guaramirim**. São Paulo: Monografias de municípios brasileiros, 1957.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- COSTA, Francisco Leite Alves. **O mate**: exploração, indústria e exportação. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1935.
- EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense**: bandeirantes e tropeiros do “Sertão de Curitiba”. Florianópolis: Laudes, 1973.
- GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- _____. A Estrada Dona Francisca na formação econômica do planalto norte de Santa Catarina. **Anais do II Congresso Latinoamericano de Historia Económica**. Cidade do México: UNAM/AMHE, 2010.
- LAZIER, Hermógenes. **Origem de Porto União da Vitória**. Porto União: Uniporto, 1985.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuições ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAFRA, Antonio Dias. **Aconteceu nos ervais**: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – região sul vale do rio Negro. Canoinhas: UnC/PPGDR, 2008 (Dissertação de mestrado).

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa do Saber, 1995.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, n. 3, v. 27, 389-481, julho-setembro/1965.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RIESEMBERG, Alvir. **A instalação humana no Vale do Iguaçu**. Curitiba, 1973.

RODYCZ, Wilson Carlos. **Colônia Lucena Itaipópolis**: crônica dos imigrantes poloneses. Florianópolis: BRASPOL, 2002.

SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória**. Curitiba: M. Roesner, 1933.

SILVA, Osmar R. da. **Canoinhas**: notícia estatístico-descritiva. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, 1941.

SILVA, Victor Ferreira do Amaral e Silva. **Erva-mate**: sua cultura, colheita e preparo. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, 1900.

THOMÉ, Nilson. **O trem de ferro**: a ferrovia do contestado. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

_____. **Ciclo da madeira**: história da devastação da floresta araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira em Caçador e na região do contestado no século XX. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

TOKARSKI, Fernando. Ouro verde de serra acima, ouro verde de serra abaixo: a contribuição da erva-mate nas relações entre Joinville e o planalto de Canoinhas. **Joinville Ontem & Hoje**. Joinville: Câmara de Vereadores de Joinville, n. 5, 2008.

Relatórios, álbuns e almanaques

ALMANAK LAEMMERT. **Anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Alamanak Laemmert, 1922.

_____. **Anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Alamanak Laemmert, 1927.

_____. **Guia geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Alamanak Laemmert, 1937.

ANUÁRIO CATARINENSE. **Dedicado à maior vulgarização das causas catarinenses**. Joinville: Tipografia Moderna, 1932.

_____. **Dedicado à maior vulgarização das causas catarinenses**. São Francisco do Sul: Tipografia Paulo Krelle, 1933.

CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ RIO NEGRO–MAFRA. Curitiba: Editora MFO, 1929.

DEQUECH, Napoleão. **Revista comemorativa do cinquentenário do município de Mafra**. Mafra: Prefeitura Municipal de Mafra, 1967.

GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Chorografia e indicador**. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1927.

_____. **Suplemento para o ano de 1938**. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1938.

_____. **Parte comercial II**. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1941.

INDICADOR CATARINENSE COMERCIAL E INDUSTRIAL. Florianópolis: Livraria Cysne, 1919.

_____. Florianópolis: Livraria Cysne, 1920.

_____. Florianópolis: Livraria Cysne, 1921/1922.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro industrial do Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade, 1937.

SANTA CATARINA. **Resumo histórico e chorográfico do município de Porto União**. Florianópolis, 1936.

MANSUR, Aziz. **Álbum comemorativo do cinquentenário da navegação no Iguaçu e seus afluentes**. Curitiba, 1932.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Questionário sobre as condições da agricultura dos municípios do Estado de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Tipografia do Serviço de Estatística, 1913.

_____. **Recenseamento do Brasil de 1920.** Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Victorino de Souza Bacellar.** Mafra, 1918.

_____. **Relatório municipal do exercício de 1932:** relatório, leis e resoluções. Mafra, 1932.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE. **Relatório do ano de 1928, apresentado ao Conselho Municipal pelo prefeito Oswaldo de Oliveira.** Ouro Verde: Tipografia Pedro Torrens, 1928.

Jornais

A COMARCA. Mafra, 1919

A IMPRENSA. Porto União, 1929.

A SEMANA. Canoinhas, 1920.

A UNIÃO. Porto União, 1920.

AVANTE. Canoinhas, 1930.

BARRIGA VERDE. Canoinhas, 1937.

FOLHA DO NORTE. Mafra, 1918

JORNAL DO POVO. Ouro Verde, 1923.

O DEMOCRATA. Canoinhas, 1919.

O IMPARCIAL. Canoinhas, 1915.

O MUNICÍPIO. Vallões, 1923.

O REGIONAL. Mafra, 1923.

O TIMONEIRO DO NORTE. Canoinhas, 1917.